

O funcionamento argumentativo e polifônico do texto narrativo

The argumentative and polyphonic function of the narrative text

Cecília Ribeiro de Souza¹

Cristiane Dall Cortivo Lebler²

RESUMO: Neste artigo, propõe-se verificar como se dá o funcionamento argumentativo e polifônico do texto narrativo, a partir da análise do conto *A moça tecelã* de Marina Colasanti. Para tanto, baseia-se nos pressupostos da Teoria dos Blocos Semânticos e em conceitos da Teoria Polifônica da Enunciação, proposta por Ducrot (1984a, 1988). Defendem-se as hipóteses: a) a narrativa do conto *A moça tecelã* está determinada por acepções de “tempo”, enquanto elemento responsável por trazer e levar os acontecimentos; b) os textos narrativos são atravessados pela argumentação constitutiva do ponto de vista do enunciador, colocado em cena pelo locutor; c) o funcionamento argumentativo do conto mobiliza dois discursos sobre casamento. Como resultado, constatou-se que circulam nos textos narrativos discursos argumentativos que foram formalizados em encadeamentos elaborados a partir da análise semântica do conto *A moça tecelã* e por meio dos quais funcionam neste conto duas noções de tempo e dois discursos sobre casamento.

Palavras-chave: Blocos semânticos; Polifonia; Narração.

ABSTRACT: In this paper, aims to verify how to happen the argumentative and polyphonic function of the narrative text, from the analysis of the tale *A moça tecelã* (*The weaver girl*) from Marina Colasanti. Therefore, the article is based in presuppositions of the Semantic Theory of the Blocks and in concepts taken from the Enunciation Polyphonic Theory, proposed by Ducrot (1984a, 1988). We defend the hypotheses: a) the narrative of the tale *A moça tecelã* is determined by meanings of “time”, while element responsible to bring and take away events; b) the narrative texts are crossed by the argumentation constituent of the viewpoint expressed by the enunciator, put in scene by the speaker; c) the argumentative function of the tale mobilizes two discourses about marriage. As a result, it was noted that in the narrative texts are found argumentative discourses, that were formalized in utterances produced from the semantic analysis of the tale *A moça tecelã* and by which function in this tale two concepts of time e two discourses about marriage.

Keywords: Semantic blocks; Polyphony; Narration.

¹ Graduada em Letras (UESB); Especialista em Linguística (UESB); Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Linguística (PPGLIN-UESB); Bolsista da FAPESB. E-mail: souzaceciribeiro@gmail.com.

² Doutora em Linguística e Letras pela PUCRS; Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UESB. E-mail: crisdallcortivo@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Ducrot (2005a) inicia o texto *Introducción* retomando dois conceitos saussurianos basilares para o desenvolvimento da Teoria da Argumentação na Língua (doravante TADL): o conceito de língua e o de significado. Para Saussure, a língua é um sistema de signos, ou seja, é um conjunto organizado, com leis e princípios próprios. Objeto de natureza complexa, o significado é concebido, na perspectiva saussuriana, como o fenômeno semiológico, semântico e filosófico que atravessa toda a linguagem. Segundo Saussure (1916), o significado de um signo é constituído pelo conjunto das relações desse signo com outros signos do sistema linguístico.

A partir desses conceitos, Ducrot (2005a, p. 11) declara: “Em termos gerais, pode-se afirmar que a TADL é uma aplicação do estruturalismo saussuriano à semântica linguística [...]”. Para que esse propósito fosse cumprido, Ducrot e colaboradores (inicialmente Jean-Claude Anscombe e posteriormente Marion Carel) buscaram basear os princípios da Semântica Argumentativa sobretudo no fato de que o significado de uma expressão não tem relação com o referente ou com qualquer elemento exterior à língua, tendo em vista que Saussure (1916, p. 31) postulou que o sistema linguístico não conhece outra ordem, senão a sua própria.

É com o texto *Escalas Argumentativas* (Ducrot, 1973a) que o semanticista inaugura um modo de conceber o sentido como estritamente argumentativo. A nova vertente semântica por ele fundada, denominada Semântica Argumentativa, toma o termo “argumentação” numa acepção que a distingue, completamente, da concepção retórica de argumentação, pelo fato de que, para Ducrot, a argumentação está inscrita no próprio sistema da língua. Nesses anos de desenvolvimento, a TADL fora apresentada em três fases — Teoria da Argumentação na Língua (Forma Padrão), Teoria Polifônica da Enunciação, Teoria dos *Topoi* (Forma Padrão Ampliada) e Teoria dos Blocos Semânticos —, e, em todas elas, o linguista manteve o princípio que ele e Anscombe denominaram de *slogan*: “A argumentação está na língua” (DUCROT, 1989, p.16). A manutenção desse princípio significa que a Semântica Argumentativa tem concebido a significação sempre na perspectiva proposta por Saussure, segundo o qual, o significado não pode ser descrito a partir da realidade extralinguística.

O presente artigo tem por objetivo verificar como se dá o funcionamento argumentativo e polifônico no texto narrativo, a partir da análise do conto *A moça tecelã* de Marina Colasanti. Para tanto, tomam-se os pressupostos da Teoria da Argumentação na

Língua, mais especificamente a Teoria dos Blocos Semânticos, complementada por conceitos da Teoria Polifônica da Enunciação, proposta por Ducrot (1984a, 1988), da qual utilizaremos os conceitos de “enunciado”, “enunciação”, “sentido”, “locutor” e “enunciador”. Partindo do pressuposto de Ducrot (1989) de que a argumentação é intrínseca à língua, defendem-se, neste texto, as seguintes hipóteses: a) a estrutura narrativa do conto *A moça tecelã* está determinada pelo funcionamento semântico-argumentativo de “tempo”, enquanto elemento responsável por trazer e levar os acontecimentos; b) os textos narrativos são atravessados pela argumentação constitutiva do ponto de vista exposto através do enunciador, colocado em cena pelo locutor; c) o funcionamento argumentativo do conto *A moça tecelã* mobiliza, por meio da narração, dois discursos sobre casamento.

O texto será organizado de modo que, primeiramente, faremos um resumido esboço da Teoria Polifônica da Enunciação e, em seguida, da Teoria dos Blocos Semânticos, que constitui a fase atual da TADL, destacando conceitos centrais para nossa análise; posteriormente, apresentaremos os procedimentos de análise; e, por fim, a análise do funcionamento argumentativo do conto *A moça tecelã*.

2 TEORIA POLIFÔNICA DA ENUNCIÇÃO

A Teoria Polifônica da Enunciação, que compõe a segunda fase da TADL juntamente com a Teoria dos Topoi, surge a partir do texto *Esboço de uma teoria polifônica da enunciação* de Ducrot (1984a) e com *Polifonia y Argumentación* (Ducrot, 1988), com o objetivo de contestar e substituir o postulado da unidade do sujeito falante. A partir do conceito de polifonia de Bakhtin — segundo o qual, num texto, várias vozes falam simultaneamente, sem haver a preponderância de uma sobre as outras — Ducrot (1984a, p.164) afirma que “é necessário descrever sistematicamente as imagens da enunciação que são veiculadas pelo enunciado”. Dessa forma, observa-se que, enquanto o conceito de polifonia de Bakhtin é aplicado a textos, o conceito de polifonia proposto por Ducrot aplica-se a enunciados. No entanto, este conceitua primeiramente a “enunciação” como o acontecimento histórico “constituído pelo aparecimento de um enunciado” (DUCROT, 1984a, p. 168), sem incluir nela a presença do sujeito.

Para desenvolver o conceito de polifonia, Ducrot (1984a) estabelece três distinções metodológicas. A primeira é entre “frase” e “enunciado”, na qual o semanticista afirma que, enquanto a frase — estrutura lexical e sintática — constitui, para o linguista, um objeto

teórico não observável, o enunciado — manifestação particular do falante e que, por consequência, não se repete — é observável por constituir-se como fragmento de discurso. A partir dessa distinção, Ducrot (1984a, p. 164) conceitua “discurso” como fenômeno observável, “constituído de uma seqüência linear de enunciados” e levanta a hipótese de que tal consideração sobre o discurso significa dizer que “o sujeito falante o apresentou como uma sucessão de segmentos em que cada um corresponde a uma escolha “relativamente autônoma” em relação à escolha dos outros” (Ibidem). Feitas estas considerações, Ducrot (1984a, p. 168) redefine o conceito de enunciação como “segmento de discurso”, mas acaba assumindo a terceira acepção de enunciação apresentada nesse texto como: “O que designarei por este termo é o acontecimento constituído pelo aparecimento de um enunciado”.

A segunda distinção estabelecida por Ducrot é a diferença entre a “significação” e o “sentido”. Ele os distingue a partir da seguinte afirmação: “Quando se trata de caracterizar semanticamente uma frase, falarei de sua “significação”, e reservarei a palavra “sentido” para a caracterização semântica do enunciado” (DUCROT, 1984a, p. 169). Este último, no entanto, mais que um conceito, é uma decisão teórica fundamental para a constituição da Teoria Polifônica, decisão que “consiste em considerar o sentido como uma descrição da enunciação” (DUCROT, 1984a, p. 172).

Como terceira decisão teórico-metodológica essencial, Ducrot (1984a, p. 172) assume que “é o objeto próprio de uma concepção polifônica do sentido mostrar como o enunciado assinala, em sua enunciação, a superposição de diversas vozes”. Por meio do conceito de polifonia, Ducrot (1984a) introduz na concepção de argumentação a noção de sujeitos linguísticos, que ele os distingue como seres divididos em locutores e enunciadore. Para o semanticista, esses sujeitos se diferem, no entanto, do sujeito empírico, ser real, do mundo e fonte psico-fisiológica do enunciado, associado ao autor do enunciado.

Entendido como uma “ficção discursiva”³, o termo “locutor” é definido como: “[...] um ser que é, no próprio sentido do enunciado, **apresentado como seu responsável**, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome eu e as outras marcas da primeira pessoa” (DUCROT, 1984a, p. 182, grifo nosso). Além de diferenciar locutor de sujeito falante (ser empírico), Ducrot (1984a, p. 187-188) distingue na noção de locutor duas ficções discursivas: o locutor **L** e o locutor λ . Para o semanticista, o locutor **L** designa “o locutor enquanto tal”, sendo considerado o responsável pela enunciação; já o locutor λ caracteriza-se como ser do mundo, “[...] uma pessoa

³ Cf. Ducrot (1984a, p. 187)

‘completa’, que possui, entre outras propriedades, a de ser a origem do enunciado [...]” (DUCROT, 1984a, p. 188). Embora faça essa diferenciação, Ducrot (1984a, p. 188) enfatiza que tanto **L** quanto λ são seres do discurso, visto se constituírem no sentido do enunciado. Esse desdobramento do locutor constitui um primeiro tipo de polifonia proposto por Ducrot (1984a).

Ao postular que “o sentido do enunciado, na representação que ele dá da enunciação, pode fazer surgir aí vozes que não são as de um locutor” (DUCROT, 1984a, p. 192), o semanticista defende um segundo tipo de polifonia, por meio do qual aponta, na argumentação, os enunciadores, abreviado **E**. E assim os conceitua:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, (*sic*) no sentido material do termo, suas palavras (DUCROT, 1984a, p. 192).

Ao afirmar que “o enunciador está para o locutor assim como a personagem está para o autor” Ducrot (1984a, p. 192) defende que, assim como o autor coloca em cena seus personagens, o locutor coloca na cena discursiva os enunciadores. Contudo, para demonstrar que o locutor também pode “atuar” como enunciador, assumindo ponto de vista, o semanticista declara: “[...] seja porque ele se assimila a este ou aquele dos enunciadores, tomando-o por representante (o enunciador é então atualizado), seja simplesmente porque escolheu fazê-los aparecer, [...]” (DUCROT, 1984a, p. 193).

Dado o objetivo proposto para este texto, de realizar análise do funcionamento argumentativo e polifônico de um texto narrativo, considera-se a afirmação de Guimarães (1987, p.13), ao dizer que “O enunciado, unidade do discurso, é enunciado por aparecer em um texto. Mas como unidade do discurso, os enunciados podem marcar diferentes posições do sujeito no texto”. É nessa perspectiva que se concebe que o texto narrativo também é constituído por posições de sujeito, por meio das quais os discursos argumentativos circulam nos textos por meio dos enunciadores. Para finalizar essa primeira parte da abordagem teórica, toma-se o conceito de “alocutário” expresso em Guimarães (1987, p. 21) e que foi proposto a partir do conceito de polifonia de Ducrot (1984a, 1988): “O alocutário é o tu do discurso, representado enquanto correlato do locutor pelo próprio locutor”.

3 TEORIA DOS BLOCOS SEMÂNTICOS: FASE ATUAL DA TADL

A Teoria dos Blocos Semânticos (doravante TBS) é a forma mais recente da Teoria da Argumentação na Língua. A TBS é proposta por Marion Carel em sua tese publicada em 1992, na qual ela critica a Teoria dos Topoi, desenvolvida pela TADL, naquela época, pois baseia a argumentação dos enunciados nos topoi — princípios argumentativos externos à língua, que são convocados pelos enunciadores para fazer a passagem, nos enunciados, do argumento à conclusão. Ducrot (2005a, p. 12-13) reconheceu que “Ao basear, então, a argumentação em noções independentes da língua, estávamos, na realidade, renunciando ao princípio saussureano segundo o qual só se estuda a língua a partir dela mesma”.

Posteriormente, a TBS passou a ser desenvolvida por Carel e Ducrot e, segundo este, a teoria constitui uma “forma que ao mesmo tempo explicita e radicaliza as idéias que Jean-Claude Anscombe eu (*sic*) havíamos apresentado” (DUCROT, 2009, p. 22). Desta forma, a TBS não só mantém a ideia fundamental da TADL de que o sentido tem por base a argumentação, mas estabelece como ideia central da teoria o fato de que “o sentido próprio de uma expressão está dado pelos discursos argumentativos que podem ser encadeados a partir dessa expressão. **A argumentação não se adiciona ao sentido, ela constitui o sentido**” (DUCROT, 2005a, p. 13, grifo nosso). Assim, para a TBS, como também para a TADL, “o sentido de uma entidade linguística não é constituído por coisas, fatos, propriedades, crenças nem ideias” (Ibidem).

A seguir, serão abordados os quatro conceitos basilares constitutivos da TBS: “encadeamentos argumentativos”, “interdependência semântica”, “aspecto argumentativo” e a noção de “blocos semânticos”. E, para finalizar a apresentação teórico-metodológica, discorreremos acerca de dois tipos de argumentação na TBS, a argumentação interna e a argumentação externa ao léxico.

3.1 Encadeamentos argumentativos

Os discursos evocados pelas palavras ou enunciados da língua são designados, pela TBS, de “encadeamentos argumentativos”, cuja forma geral é: **X CONECTOR Y**. X e Y são “segmentos” unidos por um conector. Contudo, Ducrot (2005b, p. 29) postula que “Um encadeamento argumentativo é um encadeamento entre dois e apenas dois segmentos, [...]”. O semanticista também adverte que a TBS só admite dois tipos de conectores com seus

respectivos encadeamentos argumentativos: “os conectores normativos, que são do tipo *portanto* (*logo, se, então*), e os conectores transgressivos, que são do tipo *no entanto* (*apesar de, ainda que*)” (DUCROT, 2005b, p. 29). Na TBS, convencionou-se empregar os conectores nas formas abreviadas: o conector **normativo** abreviado **PLT** e o conector **transgressivo** **SE**. Para a TBS, a oposição entre a relação transgressiva e a relação normativa atravessa toda a língua.

3.2 A interdependência semântica

Conforme Ducrot (2005a, p.19), se tomamos um encadeamento do tipo A PLT B, o próprio conector implica que o segmento A só toma seu sentido em relação a PLT B e o segmento B só toma seu sentido em relação a A PLT. Esse fenômeno é denominado por Ducrot de “interdependência semântica” e constitui, em essência, uma aplicação do postulado saussuriano segundo o qual “Todo fato linguístico consiste em uma relação, e consiste em nada mais do que em uma relação” (SAUSSURE, 2004, p.224).

Para Ducrot (2005b, p.30), “[...] não existem proposições que tenham um sentido independente da continuação que se lhes dá”. Isto significa que a interdependência semântica, produzida pelos conectores, diferencia os encadeamentos argumentativos dos raciocínios lógicos, que consideram a relação de independência entre informações. Portanto, para a TBS “não é possível descrever as palavras através de elementos não lingüísticos. Se consideramos que os conectores implicam interdependência, devemos admitir que os encadeamentos apenas têm uma realidade discursiva” (DUCROT, 2005a, p.19-20).

3.3 Aspecto argumentativo

Outro conceito fundamental na TBS é o de aspecto argumentativo. Para sistematizá-lo, Ducrot (2005a, p.20) parte da forma teórica X CON Y e chama “A o segmento X e B o segmento Y que, acompanhados ou não de uma expressão de valor negativo, são pertinentes para a conexão estabelecida no encadeamento argumentativo entre X e Y”. Depois, ele apresenta a noção de “aspecto argumentativo”, conforme o tipo de conector (PLT ou SE) presente no encadeamento. Assim, por um lado, denomina-se **aspecto A PLT B** “ao conjunto de encadeamentos argumentativos normativos X PLT Y no qual X contém A e Y contém a B” (DUCROT, 2005a, p.20); por outro lado, chama-se **aspecto A SE B** “ao conjunto de

encadeamentos argumentativos transgressivos nos quais X contém A e Y contém B, sem que nem A nem B sejam objeto de uma negação” (DUCROT, 2005a, p.20-21). Ao introduzir a negação em X e Y, nos encadeamentos normativos e nos transgressivos, é possível construir um total de oito aspectos agrupados em dois blocos semânticos.

Ducrot (2005b, p. 39-40) estabelece três convenções de escrita relacionadas aos aspectos. Na primeira convenção, ele define que o termo técnico **CON** servirá, tanto para designar as palavras responsáveis pelo caráter transgressivo ou normativo de um encadeamento argumentativo, quanto para designar os termos abstratos **PLT** e **SE**, que aparecem não nos encadeamentos, mas nos nomes dos aspectos. Na segunda convenção, ele estabelece que “se *CON* designa um conector de certo tipo, seja normativo ou transgressivo, *CON'* designa o conector do outro tipo” (DUCROT, 2005b, p. 40). A terceira convenção consiste na afirmação de que as letras X e Y designarão o que antecede e o que segue um **CON**, ao constituírem o nome de um aspecto. X e Y podem conter eventualmente negação.

3.4 Blocos semânticos

A partir do conceito de aspecto argumentativo proposto por Ducrot (2005a), estabelece-se na TBS que, quando os encadeamentos argumentativos apresentam a mesma interdependência semântica entre A e B, eles são agrupados num mesmo quadrado argumentativo, que representam as relações semânticas estabelecidas em cada bloco. Ou seja, a formalização da noção de bloco semântico, dá-se por meio de um quadrado argumentativo, que contém em cada ângulo um aspecto. Desta forma, teoricamente, é possível construir, a partir dos encadeamentos **PLT** e **SE**, dois blocos semânticos com quatro aspectos cada um: o Bloco Semântico 1 (abreviação **BS1**) e o Bloco Semântico 2 (abreviação **BS2**). Ducrot (2005a, p.24) ressalta que “a interdependência pode ser idêntica quando temos **PLT** e **SE**, a condição para que façamos intervir a negação”.

Contudo, Ducrot (2005a, p.24) faz duas considerações: 1) um encadeamento argumentativo relaciona discursos e não duas informações, o que é muito diferente; 2) “a interdependência semântica entre os segmentos A e B pode ser a mesma, até mesmo com conectores distintos”. Dessa maneira, os aspectos pertencentes aos **BS1** são totalmente diferentes dos aspectos dos **BS2**, visto que “a influência de A sobre B e de B sobre A é distinta em cada bloco” (DUCROT, 2005b, p. 39).

Ducrot (2005b, p. 46) afirma que os quatro aspectos estabelecem, no quadrado, três tipos de relações formais. O primeiro tipo de relação é de “reciprocidade”. Ela ocorre na horizontal e estabelece relação entre os aspectos (1) e (2) e entre (3) e (4). Como se observa, o termo que está positivo de um lado é negado do outro lado, mas o conector é mantido. O segundo tipo de relação é de “conversão”. Esta constitui uma relação que ocorre na diagonal entre (1) e (4) e entre (2) e (3). Nela, “A é reiterado em ambos ângulos, se altera o conector, isto é, se passa de CON a CON', e o segundo termo é negado” (DUCROT, 2005b, p. 46). A terceira relação é denominada de “transposição”. É a que se estabelece verticalmente entre (1) e (3) e entre (2) e (4). “Como se observa, quando se passa de (1) a (3) se nega o primeiro termo, se altera o conector e se mantém o segundo termo. O mesmo ocorre na passagem de (2) a (4)” (Ibidem). Os dois quadrados argumentativos, a seguir, propostos por Ducrot (2005b, p. 46), demonstram tais relações entre os aspectos:

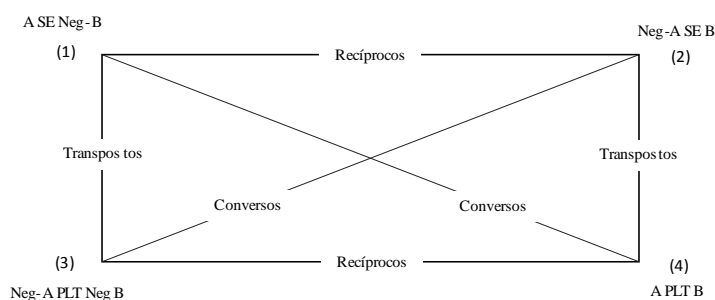


Figura 1 – Quadrado argumentativo correspondente ao BS1

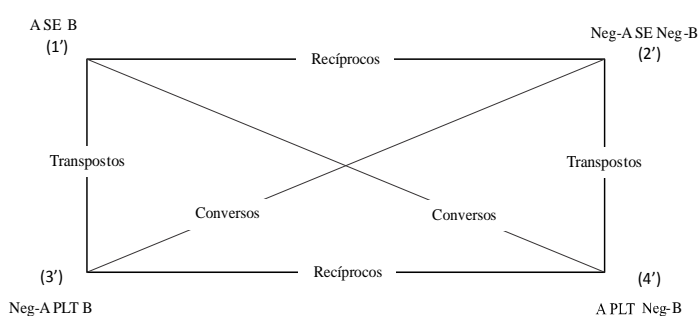


Figura 2 – Quadrado argumentativo correspondente ao BS2

Conforme Ducrot (2005b, p.25), os dois blocos semânticos podem construir, entre si, três tipos de relações: “ou bem há mudança de sentido, ou bem um dos blocos é um absurdo, ou bem um dos blocos é doxal e o outro paradoxal”.

3.5 Argumentação externa e argumentação interna

Conforme Ducrot (2005c, p. 62), “entende-se por sentido ou significação [...] de uma entidade *e* os aspectos que lhe estão associados”. E acrescenta: “[...] **toda entidade lingüística possui duas argumentações**: uma argumentação interna e uma argumentação externa” (grifo nosso). Para Ducrot (2005c, p. 62), a argumentação externa de uma entidade lingüística são os encadeamentos nos quais a entidade por ser a origem ou o fim. Ou seja, “a argumentação externa de uma entidade *e* está constituída pelos encadeamentos que vão até *e* ou que vem de *e*”. Exemplifiquemos com a palavra **esperto**:

- (a) João é **esperto**, portanto sabe se cuidar.
- (b) João consegue se livrar das situações adversas, portanto é **esperto**.

Segundo Ducrot (2005c, p. 63), a AE possui duas características: 1) “a entidade lingüística faz parte dos encadeamentos externos que a descrevem”; 2) “cada aspecto em *CON* da AE está associado a um aspecto em *CON'* mais *Neg*” (DUCROT, 2005c, p. 63). Assim, o aspecto em *CON'* mais *Neg* dos encadeamentos acima é:

- (a') João é **esperto**, no entanto não sabe se cuidar.
- (b') João consegue se livrar das situações adversas, no entanto não é **esperto**.

Conforme Ducrot (2005c, p. 63), “Se um aspecto de uma AE é em PLT, nessa mesma AE haverá outro aspecto em SE mais *Neg* com os mesmos A e B. Ao contrário, se aparece SE, aparecerá também PLT mais *Neg*”. Para Ducrot (2005c), as argumentações externas subdividem-se em duas grandes categorias: “AE à direita” e “AE à esquerda”. Enquanto a AE à direita é formada pelas continuações dadas à entidade lingüística *e*, a AE à esquerda constitui-se pelo que pode preceder a *e*. Assim, como esclarece Ducrot (2005c, p. 63), a **AE à direita** de *e* é do tipo **e CON Y** e a **AE à esquerda** é do tipo **X CON e**.

Quanto à argumentação interna (AI) de uma entidade *e*, Ducrot (2005c, p. 64) afirma que ela “está constituída por um certo número de aspectos aos quais pertencem os encadeamentos que parafraseiam esta entidade *e*”. Assim, a AI possui duas características fundamentais, inversas às da AE: “A primeira propriedade é que os encadeamentos que tomam parte da AI de *e* não contém a *e* como segmento constitutivo [...]” (DUCROT, 2005c,

p. 65); e a segunda característica que também distingue radicalmente a AE da AI, refere-se ao fato de que “Se se encontra na AI de *e* um aspecto *X CON Y* não se encontrará nessa mesma AI um aspecto que contenha o encadeamento converso *X CON' Neg-Y'*” (Ibidem).

Passemos à apresentação do processo de análise.

4 PROCESSO DE ANÁLISE

O que motivou a análise proposta de um texto narrativo foi o fato de que

para nós, há encadeamentos argumentativos na própria significação das palavras e dos enunciados com os quais o discurso é feito. Nessas condições, toda palavra, tenha ela ou não alcance persuasivo, faz necessariamente alusão a argumentação (DUCROT, 2009, p. 23).

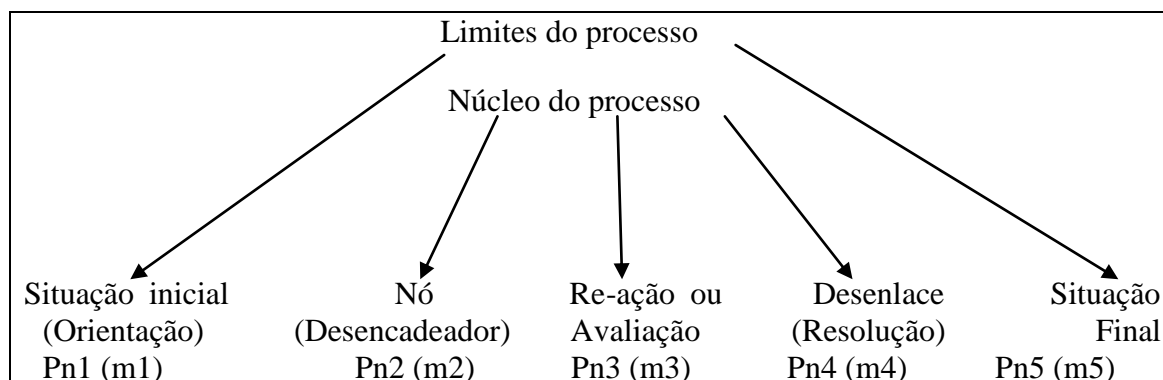
Para realizar a análise, toma-se, primeiramente, Ducrot (2005b, p. 32-33), que resgata da história da reflexão sobre o “tempo” duas concepções: por um lado, se o concebe como o tempo que traz as coisas, que faz com que as coisas ocorram, esse tempo é denominado de **tempo-que-traz**; por outro lado, se o caracteriza como o tempo que leva os acontecimentos, que destrói as coisas, esse tempo é chamado de **tempo-que-leva**.

Feita essa consideração, buscar-se-á, por meio da análise qualitativa que se objetiva realizar do texto narrativo, a partir do conto *A moça tecelã*⁴ de Marina Colasanti, primeiro apontar o funcionamento dos sentidos de *tempo* como construtor dos acontecimentos da narrativa e fazer uma correlação entre esses sentidos, os acontecimentos e a estrutura da narrativa, depois, identificar os encadeamentos argumentativos que expressam os pontos de vista dos enunciadores — por meio dos quais evocam as vozes do “locutor-narrador”, do “locutor-marido” e do “enunciador” com o qual se identifica a personagem ‘A moça tecelã’ — e determinam o funcionamento da argumentação na narrativa; e, por fim, identificar os discursos sobre casamento que estão funcionando argumentativamente no conto. Os encadeamentos argumentativos serão agrupados em aspectos correspondentes aos blocos semânticos: **(BS1)** e **(BS2)**; depois apresentaremos encadeamentos correspondentes ao sentido de tempo — **tempo-que-traz** os acontecimentos e **tempo-que-leva** os acontecimentos e restaura o equilíbrio na narrativa.

⁴ O conto *A moça tecelã* de autoria de Marina Colasanti integra o livro de contos *Doze reis e a moça no labirinto do vento*, publicado pela primeira vez em 1985.

5 ANÁLISE

Conforme Ortmann (2010), o modelo narrativo construído por Todorov (1969, 1973, 1976, 1979a, 1979b) foi reorganizado por Adam (1992, 2008), que apresenta o seguinte quadro ilustrativo:



Quadro 1 – Modelo Narrativo

Fonte: ADAM, Jean-Michel (2008, p. 225)

O conto *A moça tecelã* apresenta uma estrutura de narração determinada pela ação do tempo, que organiza o modelo narrativo do texto, conforme o apresentado em Adam (2008): na “situação inicial” é retratada a vida de solteira da personagem; o “nó ou conflito” é constituído pela descoberta feita, pelo locutor-marido, do poder do tear, que desencadeia sua ambição, o que acaba levando ao fracasso do casamento; a “reação ou avaliação” corresponde ao desejo de estar sozinha de novo; o “desenlace” corresponde à decisão da moça de destecer seu tecido; e a “situação final” é retratada no fato de a moça voltar a ficar solteira, retomando o equilíbrio na sua vida.

Considerando-se o tempo a partir das noções mobilizadas por Ducrot (2005b), percebe-se que o conto é construído tomando o tempo como elemento mobilizador de acontecimentos, expressos através dos sentidos da palavra “tempo”, apresentados como: **tempo-que-traz** os acontecimentos e **tempo-que-leva** os acontecimentos. Assim, é possível distribuir os principais acontecimentos do texto em seis momentos da ação do tempo, (este abreviado como T), a partir de duas concepções:

Tempo-que-traz

T1 Tecer era prazeroso, portanto era tudo que a moça tecelã queria fazer.

T2 Ela própria trouxe o tempo da solidão, portanto desejou ter um marido.

T3 O marido descobriu o poder do tear, portanto, a mulher era obrigada a tecer.

T4 Ela própria trouxe o tempo da tristeza, portanto desejou estar sozinha.

Tempo-que-leva

T5 Desejou estar sozinha, portanto desfez seu tecido.

Tempo-que-traz

T6 Estava solteira novamente, portanto tinha tempo para si mesma.

Pode-se estabelecer uma correlação entre a estrutura da narrativa, conforme o modelo apresentado acima, e os dois sentidos de “tempo”, por meio dos quais os acontecimentos do texto foram organizados. Assim, a “situação inicial” ocorre determinada por (T1) e por (T2); o “nó ou conflito” é determinado por (T3); a “re-ação ou avaliação” se dá pela ação de (T4); o “desenlace” corresponde a (T5) e a “situação final” ocorre por meio de (T6), que é o “tempo-que-traz” o equilíbrio de volta à vida da personagem e à narrativa.

Num primeiro momento, o “tempo-que-traz”, (T1), revela à moça a descoberta do prazer de tecer “Tecer era tudo que fazia. Tecer era tudo o que queria fazer”. Mas “**ela própria trouxe o tempo** em que se sentiu sozinha” (grifo nosso), (T2) – “tempo-que-traz” a solidão e, como consequência, também lhe trouxe o desejo de casar-se. Se por um lado, o pronome “própria” refere-se a ela como responsável por sua escolha, por outro, a apresenta como agente de mudança em sua vida, mudança do estado civil, em busca da felicidade. Assim, observa-se, por meio da voz do enunciador com o qual se identifica o narrador, que este defende o ponto de vista de que, ao casar-se, a moça tecelã não cumpre em sua vida um destino, nem casa por determinação de alguém. Então, nesse mesmo dia, — ela “Não esperou o dia seguinte.” —, (T3) lhe traz o casamento; mas, com o passar do tempo, veio também a tristeza, decorrente da ambição do companheiro, que, com suas exigências, — “Sem descanso tecia a mulher os **caprichos** do marido” (grifo nosso), — tirou-lhe o tempo para fazer as coisas simples de que ela mais gostava.

Assim, o “tempo-que-traz”, (T4), lhe trouxe uma avaliação do seu casamento e do marido com quem se casara e a consequente descoberta: “como seria bom estar sozinha de novo”. Com essa descoberta, ela convoca o “tempo-que-leva”, (T5), para que leve seu casamento e a tristeza da vida de casada. Como o tempo não deixa de existir para a condição

humana, o tempo permanece em sua vida, mas se configura como o “tempo-que-traz”, (T6), que lhe traz a solidão e com ela a felicidade de poder voltar a ter tempo para si mesma, de ter tempo de tecer a vida simples que antes levava.

Passando à análise dos encadeamentos argumentativos que expressam os pontos de vista de enunciadores, observa-se que, na primeira parte do texto, o locutor-narrador põe em cena um enunciador que apresenta o ponto de vista segundo o qual o ato de tecer da moça não constitui uma atitude egoísta, mas visa ao bem comum. Assim, esse enunciador defende que, ao tecer, a moça buscava construir um mundo harmônico através do equilíbrio da natureza: “se durante muitos dias **o vento e o frio brigavam com as folhas e espantavam os pássaros**, bastava a moça tecer com seus belos fios dourados, para que **o sol voltasse a acalmar a natureza**” (grifo nosso). A partir desse enunciado do locutor-narrador, podem-se construir os seguintes encadeamentos: (AE) (1) Constrói um mundo harmônico, portanto quer o bem comum. (2) Não constrói um mundo harmônico, no entanto quer o bem comum. Assim, a (AI): Está preocupada com a harmonia do mundo, PLT não é egoísta, expressa o ponto de vista do enunciador com o qual se assimila o locutor-narrador.

As enunciações do locutor-narrador “Nada lhe faltava” e “dormia tranquila” constroem uma relação argumentativa que expressa o ponto de vista de um enunciador, segundo o qual a vida que a moça levava, antes de se casar, era tranquila e ela tinha todas as suas necessidades físicas satisfeitas pelo resultado do seu trabalho. É possível construir os seguintes encadeamentos do ponto de vista desse enunciador (AE): (3) Tinha todas as necessidades físicas satisfeitas, portanto dormia tranquila. (4) Tinha todas as necessidades físicas satisfeitas, no entanto não dormia tranquila. A (AI) de (3) pode ser: Vida tranquila, portanto felicidade. Observa-se que o ponto de vista defendido pelo locutor-narrador é o expresso pelo enunciador de (3); pode-se verificar isso por meio dos enunciados transcritos acima.

Contudo, como revelou o locutor-narrador a respeito da moça, com (T2) “ela própria trouxe o tempo em que se sentiu sozinha, e [...] pensou como seria bom ter um marido ao lado”. Esse enunciado expressa o ponto de vista do enunciador com o qual se assimila a moça tecelã (AE): Sente solidão, portanto deseja ter um marido. Em que A é favorável a B. A (AI) desse encadeamento seria: Estar sozinha, PLT querer construir uma família. Em seguida, o locutor-narrador se assimila ao enunciador que defende o ponto de vista de que a moça tecelã realizara um bom casamento, pois o marido lhe fazia feliz; para sustentar tal ponto de vista, o locutor constrói os seguintes enunciados: “deitada contra o ombro dele, a moça pensou nos

lindos filhos que teceria para **aumentar ainda mais a sua felicidade**. E feliz foi [...]” (grifo nosso). Contudo, observa-se que essa enunciação expressa um ponto de vista do enunciador-universal que permite construir os encadeamentos: (AE): (5) Está casada, PLT é feliz. (AI) Tem um bom marido, PLT é feliz.

No entanto, o locutor-narrador põe em cena (T3) e faz as seguintes constatações: “Mas se o homem tinha pensado em filhos, logo os esqueceu. Porque, **descoberto o poder do tear, em nada mais pensou** [...]” (grifo nosso). Vê-se que esse locutor põe em cena, agora, um enunciador que defende que (AE): (6) Está casada, no entanto não é feliz. A (AI) seria: Estar casada SE querer separar-se. Observa-se, contudo, que (6) constrói uma relação argumentativa conversa ao encadeamento (5) “Está casada, PLT é feliz”, produzido a partir do ponto de vista do enunciador-universal. Essa inversão de ponto de vista está marcada também, no texto, pela conjunção **mas**, que, como aponta Guimarães (1987), inverte o orientação argumentativa⁵ do enunciado.

O locutor-narrador assume o ponto de vista do enunciador que defende que a moça tecelã suportou durante algum tempo as exigências do marido e mesmo se esforçou para “salvar” seu casamento. Para tanto, esse locutor constrói os enunciados: (a) “— Uma casa melhor é necessária — disse para a mulher. [b] E **parecia justo** [...]” (grifo nosso). O enunciado (a) evoca a voz do locutor-marido, a partir do qual se defende (AE): (7) Vida a dois PLT casa maior. A (AI) seria: É necessário PLT é justo. No enunciado (b), o locutor-narrador defende, por meio de seu enunciador, o seguinte ponto de vista: (AE) (8) É necessário PLT é justo. A (AI) seria: É bom PLT faz. Ou ainda, pode-se ouvir o locutor-marido por meio do enunciado: “— Para que ter casa, se podemos ter palácio?” A (AE) pode ser: (9) Condições PLT riqueza. A (AI) é: Ambição PLT uma vida melhor.

O locutor-narrador assimila-se a um enunciador que sustenta que a ambição do marido foi a causa do fracasso do casamento, pois, devido às exigências dele, a esposa não tinha mais tempo para si mesma e vivia como uma escrava, presa numa torre. Para tanto, esses locutor emprega os enunciados: “e ela não tinha tempo”; “Sem descanso tecia a mulher os caprichos do marido”. Observa-se que essas enunciações constroem uma relação argumentativa que pode ser sistematizada na (AE): (10) Está casada PLT é obrigada a tecer os caprichos do marido. A (AI) pode ser: Está casada PLT não tem tempo para si.

⁵ Guimarães toma o conceito de orientação argumentativa de Ducrot (1973, 1987, 1989), entre outros trabalhos do autor.

Como consequência desse funcionamento argumentativo, (T4) chega à vida da tecelã: “ela própria trouxe o tempo em que sua tristeza lhe pareceu maior que o palácio”; “como seria bom estar sozinha de novo”. Vê-se, então, que o locutor-narrador constrói enunciados que se relacionam argumentativamente e por meio dos quais defende um ponto de vista que permite a construção dos aspectos (AE): Está casada SE não é feliz. A (AI) pode ser: Está infeliz PLT quer se separar. Tomada essa decisão, o “tempo-que-leva”, (T5), permite que a moça desteeça seu marido. Assim, com o enunciado “como se ouvisse a chegada do sol, a moça escolheu uma linha clara [...]”, o locutor-narrador assume o ponto de vista de um enunciador que defende que, em decorrência da chegada de (T6) à vida da moça, ela tinha tempo para si mesma e estava mais feliz. Essa enunciação do locutor-narrador evoca um enunciador que defende o ponto de vista de que (AE): Estava separada PLT tinha tempo para si mesma; cuja (AI) pode ser: Sozinha PLT feliz. Agora, a tecelã tinha tempo para tecer a natureza e estava novamente feliz.

A seguir, distribuimos os encadeamentos, construídos a partir dos pontos de vista dos enunciadores, em dois pares de blocos semânticos. Depois, são apresentados aspectos referentes aos dois sentidos de “tempo”, que estão em funcionamento no conto.

BS1 (solidão / marido)

Referências: **A:** sentir solidão = desejar ter companhia / **B:** ter marido = ter uma vida a dois (A é favorável a B)

E1 Sente solidão, no entanto não deseja ter um marido. A SE NEG-B

E2 Não sente solidão, no entanto deseja ter um marido. NEG-A SE B

E3 Não sente solidão, portanto não deseja ter um marido. NEG-A PLT NEG-B (Depois que reencontra o equilíbrio em sua vida, a personagem assume o ponto de vista do enunciador desse encadeamento).

E4 Sente solidão, portanto deseja ter um marido. A PLT B (Ponto de vista sustentado pelo enunciador da personagem, antes de ela se casar).

BS2 (solidão / marido) / constitui um absurdo ⁶

BS1 (casada – feliz / infeliz; separada – feliz / infeliz)

⁶ Os encadeamentos deste bloco semântico foram suprimidos, porque eles não estão em funcionamento no texto.

Referências: **A:** está casada = ter marido / **B:** ser feliz = ter tempo para si mesma

E1 Está casada, no entanto não é feliz. A SE NEG-B (Ponto de vista sustentado pelo enunciador com o qual se assimila a personagem, durante o tempo de casada).

E2 Não está casada, no entanto é feliz. NEG-A SE B (Ponto de vista sustentado pelo enunciador com o qual se assimila a personagem, depois que ela se separa).

E3 Não está casada, portanto não é feliz. NEG-A PLT NEG-B

E4 Está casada, portanto é feliz. A PLT B (Ponto de vista do enunciador universal e que é assumido pela personagem, no início do casamento).

BS2 (casada – feliz / infeliz; separada – feliz / infeliz)

Referências: **A:** está casada = ter marido / **B:** ser feliz = ter tempo para si mesma

E1 Está casada, no entanto é feliz. A SE B (Ponto de vista colocado em discussão no conto e sustentado por um enunciador com o qual se assimila o locutor-narrador em (T2), evocando o discurso de que ser feliz no casamento é exceção).

E2 Não está casada, no entanto não é feliz. Neg-A SE Neg-B

E3 Não está casada, portanto é feliz. Neg-A PLT B (Ponto de vista colocado em discussão, no conto, por um enunciador com o qual se assimila o locutor-narrador em (T6), evocando o discurso de que não estar casada traz felicidade).

E4 Está casada, portanto não é feliz. A PLT Neg-B (Ponto de vista sustentado pelo enunciador com o qual se assimila o locutor-narrador, depois que a tecelã é obrigada a tecer os caprichos do marido).

Encadeamentos do tempo-que-traz

E1 Está solteira PLT **quer casar-se** — Ponto de vista sustentado pelo enunciador com o qual se assimila a personagem, quando era solteira.

E2 Está solteira PLT não quer casar-se — quer ficar solteira

Encadeamento do tempo-que-traz

E1 Está casada PLT **quer continuar casada** — Ponto de vista sustentado pelo enunciador com o qual se assimila a personagem, que busca suportar o casamento.

Encadeamento do tempo-que-leva

E1 Está casada SE **quer separar-se** — Ponto de vista sustentado pelo enunciador com o qual se assimila a personagem, depois que ela passou a se sentir triste com a vida de casada; mas também é o ponto de vista defendido pelo enunciador do locutor-narrador, que quer colocar em questionamento o discurso de casamento como garantia de felicidade.

Encadeamento do tempo-que-traz

E1 Está solteira SE **não quer casar-se** — Depois que reencontra o equilíbrio em sua vida, a personagem passa a sustentar o ponto de vista do enunciador desse encadeamento.

Com a análise do funcionamento argumentativo e polifônico do conto, observou-se que o enunciador, com o qual se assimila o locutor-narrador, constrói o seu ponto de vista de modo a colocar em questionamento o discurso do enunciador-universal, que defende o ponto de vista segundo o qual “casamento garante felicidade”. Este enunciador constrói o seu discurso a partir do aspecto: casada PLT feliz, defendendo esse discurso como uma regularidade. Como um contra-argumento, o locutor-narrador coloca em cena, como no caso da metáfora do teatro de Ducrot (1984a), dois personagens casados para, a partir do fracasso desse casamento, defender, por meio do enunciador que ele assimila, o ponto de vista de que “casamento não é garantia de felicidade”.

Para tanto, a enunciação do locutor-narrador constrói um funcionamento argumentativo que permite a elaboração de encadeamentos como: (1) Está casada, no entanto não é feliz (A SE NEG-B), pois é obrigada a tecer os caprichos do marido. A (AI) de (1) é: está infeliz PLT quer se separar; ou ainda (4') Está casada, portanto não é feliz (A PLT Neg-B); (3') Não está casada, portanto é feliz (Neg-A PLT B); (1') Está casada, no entanto é feliz (A SE B); (4) Está casada, portanto é feliz. Assim, pode-se observar que o enunciador do locutor-narrador defende o discurso construído com o aspecto (1), pois esse aspecto constitui um forte argumento a favor do seu ponto de vista; ele concorda que (3') funcionou no conto, mas esse enunciador não o toma como uma regularidade; defende que (1') é possível; logo, o considera como uma exceção; quanto a (4), o enunciador refuta veementemente. Observa-se, então, que ocorre relação de conversão entre (1) e (4) e entre (1') e (4')⁷. O enunciador do locutor-narrador chegou a concordar com (4) por um tempo, mas para expressar a fragilidade desse discurso, empregou o enunciado: “**E feliz foi, durante algum tempo**” (grifo nosso).

⁷ Cf. quadrados argumentativos na parte 3.4, acima.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Teoria da Argumentação na Língua se desenvolve a partir do conceito saussureano de língua enquanto sistema que organiza as relações entre as palavras. Nessa perspectiva, a TADL postula que a argumentação é intrínseca à língua e, posteriormente, a TBS defende que a argumentação é constitutiva do sentido. Assim, para a TBS, a construção linguística do sentido se dá pela interdependência semântica entre os segmentos A e B relacionados por um conector, formando um encadeamento argumentativo. Dessa forma, o sentido de cada segmento é dado pela relação entre o segmento, o conector e o outro segmento. Quando os encadeamentos argumentativos apresentam a mesma interdependência semântica entre A e B, eles são agrupados num mesmo quadrado argumentativo, que representa as relações semânticas estabelecidas em cada bloco semântico.

Como se verificou, através dos encadeamentos produzidos a partir da análise semântica do conto *A moça tecelã*, circulam, também, nos textos narrativos, discursos argumentativos produzidos a partir dos pontos de vista dos enunciadores. Então, pode-se concluir que a argumentação tanto está em funcionamento em textos argumentativos, quanto está funcionando, naturalmente, em textos narrativos. Assim, essa análise de um texto narrativo demonstrou que “a utilização argumentativa da língua, longe de lhe ser sobreposta, está nela inscrita, é prevista em sua organização interna” (DUCROT, 1973a, p. 180).

A explicação dos desdobramento dos sentidos do texto foi possível graças ao pressuposto saussuriano da primazia da ordem linguística em detrimento da relação entre linguagem e mundo. A análise do conto também permitiu constatar que as concepções de “tempo”, conforme reorganizadas por Ducrot (2005b), estavam funcionando na produção dos acontecimentos na narrativa, num leva-e-traz de ações, organizando a estrutura da narração num jogo de equilíbrio (T1 e T2), desequilíbrio (T3, T4 e T5) e novo equilíbrio (T6) no modelo narrativo, e, conseqüentemente, na vida da personagem-protagonista.

REFERÊNCIAS

CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005.

COLASANTI, Marina. A moça tecelã. In: COLASANTI, Marina. **Doze reis e a moça no labirinto do vento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985.

DUCROT, O. Escalas argumentativas. In: DUCROT, O. **Provar e dizer**. São Paulo: Global, 1981. p. 178-228. Edição original: 1973a.

DUCROT, O. **Esboço de uma teoria polifônica da enunciação**. In: DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987. p 161-218. Edição original: 1984a.

DUCROT, O. **Polifonia Y Argumentación**. Conferencias del seminario Teoría de la Argumentación y Análisis del Discurso. Universidad del Valle – Cali, 1988.

DUCROT, O. Argumentação e “topoi” argumentativos. In GUIMARÃES, E. **História e sentido na linguagem**. 2. ed. Campinas: Editora RG, 2008. p.13-38. Edição original: 1989.

DUCROT, O. Introducción: Conferencia 1. In: CAREL, M.; DUCROT, O. (2005a). **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005a. p. 9-25.

DUCROT, O. Los bloques semánticos y el quadro argumentativo. Conferencia 2. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005b. p. 27-50.

DUCROT, O. Argumentación interna y argumentación externa. Conferencia 3. In: CAREL, M.; DUCROT, O. **La Semántica Argumentativa: una introducción a la Teoría de los Bloques Semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005c. p. 51-89.

DUCROT, O. **Argumentação retórica e argumentação linguística**. Rev. Letras de Hoje: Porto Alegre, v. 44, n.1, 2009. p. 20-25.

GRAEFF, Telisa Furlanetto. Sentidos Argumentativos e Polifônicos de pecar em poema de Gregório de Matos. In: DI FANTI, Maria da Glória; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). **Enunciação e discurso: Tramas de sentidos**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 152-165.

GUIMARÃES, Eduardo. 3ª edição. **Texto e Argumentação: um estudo das conjunções do português**. Campinas: Pontes, 2002. Edição original: 1987.

ORTMANN, Paula Dreyer. **Por um estudo argumentativo da narrativa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) — Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de Linguística Geral. Organizado por: Charles Bally e Albert Sechehaye. ed. 33ª. São Paulo: Cultrix, 2006. Edição original: 1916.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Escritos de Linguística Geral**. Organizados e editados por Bouquet Simon e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. Tradução: Carlos Augusto Leuba Salum, Ana Lucia Franco. ed. 12ª. São Paulo: Cultrix, 2012. Edição original: 2004.

Data de recebimento: 18/08/2014

Data de aprovação: 23/10/2014